

O fracasso das Igrejas de hoje na experiência democrática: Dietrich Bonhoeffer, o Estado que regula todas as instâncias da vida social, e as Igrejas.

07/06/2014 Advocacia Castro Magalhães

Direito Constitucional, Hermenêutica e Exegese, Processos Legislativos, Religião e Sociedade

Tags:Dietrich Bonhoeffer, Estatismo, Liberdade Religiosa, Paolo Prodi, Romano Prodi, Uma História da Justiça

O livro **Uma História da Justiça**, de Paolo Prodi (editora Martins Fontes, 2005, São Paulo) traz uma reflexão histórica de como a justiça foi vivida e pensada no mundo Ocidental, tomando-a como um patrimônio civilizacional, mas que, nos dias atuais estaria “se apagando, não obstante todas as brilhantes invenções teor éticas”.

O autor reflete a história da justiça a partir da crise atual do direito “**em que o direito positivo tende a reduzir a normas toda a vida social, permeando todos os aspectos da vida humana que, até nosso tempo, eram baseados em diversos planos de normas, acaba por ossificar a própria sociedade e por se autodestruir, pois priva a sociedade daquele respiro necessário para a sua sobrevivência.**”

O autor aponta que numa perspectiva histórica a atual crise do Direito estaria mais na ausência de fundamento do atual pacto político do que no funcionamento das regras constitucionais. Para o Prodi, o pacto político da democracia ocidental está ancorado em um “**equilíbrio dinâmico entre a relação sagrada do juramento e a secularização do pacto político, fruto do dualismo entre poder espiritual e poder temporal, amadurecido no quadro do cristianismo ocidental.**”

Segundo o escriba, para o êxito da Justiça deve-se exigir não só “**o respeito às técnicas e aos mecanismo do sistema democrático, mas, em primeiro lugar, o espírito do dualismo, o húnus que gerou esses mecanismos e essas técnicas.**”

Paolo Prodi é Professor de história moderna na Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Bolonha. É irmão de **Romano Prodi**, que foi Presidente da União Européia. Nesse aspecto, o livro traz dados úteis para conhecimento da consciência histórica de extratos da elite globalizante.

O texto é útil para o momento em que vivemos no Brasil: desde a Constituição de 1988 milhares de condutas foram criminalizadas no Brasil. Os mandados constitucionais de criminalização – regras constitucionais expressas que determinam a criminalização de condutas – são em número significativo (artigo 50, XLI, XLII, XLIII, XLIV; artigo 70, X; artigo 227 § 4o), e as leis então, em profusão espantosa, desde proibitivos administrativos, fiscais e de posturas até criminalização especificamente falando. Diz-se que aproximadamente sete mil comportamentos foram tornados crimes desde a Constituição de 1988, a maior parte durante os governos de esquerda (PT-PSDB, de 1.994 aos dias atuais).

Recentemente, temos encontrado a investida do Estado nos espaços mais privados da vida social, como a família, com a Lei da Palmada, além da tentativa de regular cultos e proibir até mesmo o pensamento e sua expressão, como foi o caso do PL 122, sob o pretexto de criminalizar a homofobia.

Tudo isso sinaliza um desprezo ao dualismo sobre o qual foi fundada a democracia Ocidental, com evidente ofensiva contra as normas não positivadas, de natureza moral, familiar e religiosa, que regulam vários aspectos da vida social, acabando por desmontá-las. Isso também se correlaciona com a sobrecarga do Poder Judiciário e a judicialização da política, sendo elemento que não pode ser desprezado nas reflexões sobre o ritmo de colapso em que funciona o Judiciário hoje... mas isso é tema para outro artigo.

O objetivo da presente reflexão é alinhar fatos concretos pertinentes à atuação das Igrejas nesse contexto. Nisso o livro de Paolo Prodi muito nos ajuda e, num sentido historicamente atual, nos traz a experiência de Dietrich Bonhoeffer. **Prodi vincula o avanço de posituação dos aspectos da vida social e de supressão de normas não estatais que a regulem ao processo de descristianização do Ocidente.** Ele reflete sobre isso nas páginas 516 e seguintes de seu volume **tomando como “ponto de partida para uma reflexão sobre essas questões (...) a comparação de um teólogo evangélico como Dietrich Bonhoeffer com o poder do Terceiro Reich: isso nos permite ligar a realidade atual com a história de um longo período”.**

É assim que Paolo Prodi fala da experiência histórica de Bonhoeffer:

- “Ele via uma crise comum a todas as Igrejas territoriais após a Reforma na incapacidade de produzir a ética como proposta de moral alternativa ao poder: a impossibilidade de pensar num Deus “tapa-buracos” – a última versão do Deus que governa o universo construído pela teologia e pela ciência do século XVII – obriga as Igrejas a reconsiderar radicalmente a sua relação com o mundo. **O caso extremo das suas reflexões em 1.942-1.943 arrisca-se a ser ainda mais atual e dramático nos dias atuais.** Deixando de lado o problema da sua formação intelectual e da sua teologia, referimo-nos à sua Ética, em cuja redação complexa ele trabalhava no momento de sua prisão em 5 de abril de 1.943, seguida pela reclusão em campo de concentração e pela morte. **Enquanto toda a interpretação generalizada pelo seu pensamento é de um caminho da Igreja para o mundo, do religioso para o não religioso, na realidade, pode-se perceber no fundo um caminho oposto.** Diante “deste” mundo, o de Hitler, que tudo subverte, Bonhoeffer parte em busca da Igreja para se perguntar se de algum modo dela pode surgir uma resposta no momento em que o poder se manifesta sem véus na sua crueldade, **e as consciências individuais, salvo poucas exceções, são subvertidas pela corrupção ou pela propaganda.** Assim surge seu texto **‘Sobre a possibilidade de a Igreja dirigir a palavra ao mundo’**, escrito por volta do final de 1.942. A Igreja não pode dar ao mundo soluções cristãs para os problemas mundanos, pois o Evangelho move-se em sentido inteiramente oposto, e todas as vezes que na história a Igreja combateu o “mal” do mundo, nasceram catástrofes (das cruzadas ao proibicionismo americano, desejado principalmente pelos metodistas rigorosos); **contudo, se os ordenamentos desse mundo transgridem os mandamentos de Deus, a Igreja pode e deve opor-se. A Igreja não pode** mais, como durante os séculos anteriores, **ser a guardiã moral da sociedade, mas também não pode se calar na emergência, no estado de exceção: não pode haver uma dupla moral, uma interna para a comunidade cristã e outra para o mundo.** No entanto, a essa altura inserem-se as diferentes visões de Bonhoeffer sobre a Igreja Evangélica e a Igreja Católica, que são particularmente importantes do nosso ponto de vista. Ele contesta que se possa, como faz a Igreja Católica, “falar ao mundo com base em algum conhecimento racional ou de direito natural comum com o mundo e, portanto, abstraindo temporariamente do Evangelho. Diferentemente da Igreja Católica, a Igreja da Reforma não pode realizar tal feito. A lei de Deus (o Decálogo, tanto na primeira quanto na segunda parte) e o Evangelho (o Sermão da Montanha) valem para todos: “seria, portanto, até errado insistir mais na pregação ao mundo sobre a luta pelo direito e na pregação à comunidade sobre a renúncia ao direito. Tanto uma quanto outra valem para o mundo e para a comunidade. A afirmação de que não se pode governar com o sermão da montanha é fruto de um equívoco de tal sermão. Mesmo o governo de um Estado pode honrar Deus lutando e renunciando, e é apenas disso que se ocupa a igreja. **Nunca é tarefa sua pregar ao Estado o instinto natural de autoconservação, mas sim apenas a obediência ao direito de Deus.** São duas coisas diferentes. **O anúncio da Igreja ao mundo pode ser apenas e sempre Jesus Cristo na lei e no Evangelho.** A segunda tábua não pode ser separada da primeira”. Nos tempos de crise, de dissonância entre a lei moral e a vida, aumenta a necessidade de

ética, mas o “especialista de ética não pode ser o crítico e o juiz competente de toda ação humana; uma ética não pode ser o alambique para destilar o homem ético ou cristão, e o especialista de ética não pode ser a encarnação e o tipo ideal de uma vida radicalmente moral”. ***E aqui entra o problema da Igreja e os mandatos que Cristo lhe confiara: a moral só pode ser expressão da comunidade-Igreja enquanto tal, única autorizada por Cristo a falar de uma ética cristã coincidente com o mandamento de Deus – positivo, e não como negação – nos mandatos divinos próprios da Igreja, que se referem às formas fundamentais da sociedade, da própria Igreja, ou seja, que se referem às instituições do matrimônio e da família, do trabalho e da autoridade.*** Segundo Bonhoeffer esses são os pontos fracos da Igreja evangélica e da católica: “**A Igreja evangélica perdeu a ética concreta no momento em que o pastor não se viu mais colocado constantemente diante das questões e das responsabilidades do confessor.** Lamentando-se erroneamente da liberdade cristã, ele se subtraiu ao anúncio concreto do mandamento de Deus. Sendo assim, apenas se reconhecer o mistério divino da confissão a Igreja evangélica reencontrará uma ética concreta, como aquela que possuía ao tempo da Reforma.” Na Igreja católica, ao contrário, o sacerdote é preparado para a missão de confessor com o estudo dos casos de moral, mas corre-se o risco de uma “legalização e pedagogização” da palavra divina, e esse risco poderá ser superado com a redescoberta do mistério da pregação cristã. **É a Igreja como “assembléia reunida em torno da palavra de Deus, como homens eleitos e que vivem em tal palavra, formando uma entidade comunitária, um corpo independente e, portanto, distinto dos ordenamentos mundanos...a entidade comunitária, que nasce em torno dessa palavra, não exerce domínio sobre o mundo, mas está totalmente a serviço do mandamento divino.”** O reconhecimento da Igreja como realidade comunitária é o elemento central para uma possível reforma das Igrejas cristãs: “O catolicismo corre o risco de conceber a Igreja essencialmente como um fim em si mesma, á custa do mandato divino do anúncio da palavra. Vice-versa, a Reforma corre o risco de levar em conta apenas o mandato divino do anúncio da palavra à custa do âmbito específico da Igreja e de ignorar por completo o fato de que esta também é um fim em si mesma, fato esse que consiste no seu ser para o mundo”. **A resposta não dada aos cristãos que se recusam a prestar o juramento de fidelidade a Hitler e o serviço militar é uma manifestação dramática dessa fraqueza.”**

Cabe aqui reflexões sobre a contemporaneidade do texto acima para o Brasil. A primeira – do final para o início do texto acima, traçando paralelos entre aquela experiência e a nossa realidade – é o silêncio que parcela da Igreja evangélica atual, principalmente os movimentos ligados à Teologia da Missão Integral, faz do desequilíbrio do dualismo fundamental da democracia, pouco se manifestando – quando não se manifesta a favor e quando não critica os que a denunciam – acerca das ofensivas dos governos de esquerda sobre setores da vida social regulados por normas não estatais, especialmente morais.

Sem sombra de dúvida, recentemente **pouco ouvimos de além dos cristãos conservadores quaisquer defesa do direito dos cristãos e outros grupos se regularem por suas normas próprias na questão da educação familiar (Lei da Palmada) e das relações de gênero (Projeto de Lei 122).** No fato da cassação do registro profissional da psicóloga Marisa Lobo a situação foi alarmante, com cristãos esquerdistas defendendo tal medida. Ao contrário, o que ouvimos foi um ataque de cristãos historicamente relacionados aos candidatos de esquerda contra quem lutava pela manutenção do dualismo fundamental da experiência democrática Ocidental. **Os grupos evangélicos de esquerda caminham para o mundo, dizendo cumprir o mandato de Cristo, mas na verdade o que fazem é levar a igreja para a secularização, e o pior, usam a igreja como peso de desequilíbrio entre o poder espiritual e o secular, mingando o poder espiritual, e apagando, assim, o espírito da dualidade fundamental da Democracia Ocidental.** Seus líderes têm ciência disso, mas a maioria pensa fazer o bem e tornar a Igreja relevante quando, na verdade, não só contribuem para a irrelevância dela, como para a extinção do ambiente democrático que ela ajudou a fundar.

Outra lição é sobre a manipulação do termo comunitário e a perda de sua dimensão verdadeira. **Bonhoeffer usa a expressão comunitário no sentido específico de coletivo, como comunidade de indivíduos marcados por uma normatividade moral comum.** Essa comunidade tem as suas normas morais e éticas próprias, que regulam a vida dos que a compõem nos seus aspectos de família, trabalho, culto e autoridade. Todavia, devido à guerra ideológica, parece que os defensores da Teologia da Missão Integral opõe comunidade a indivíduo, substituindo a relação de complementaridade desses conceitos por uma de antagonismo, mas sempre no sentido ideológico, que

culmina, ao fim, em uma defesa do totalizante (a esquerda totalitária através do Estado) contra o individual (a ser sempre visto como egoísta, por bem gerenciar e dispor de seus talentos, entre os quais o espírito crítico). ***O interessante é que esses líderes esquerda só enxergam a Igreja como comunidade na hora de impor sentimento de culpa acerca da pobreza bem como da necessidade de distribuição de bens e riquezas dos outros; mas não a vêem como comunidade quando têm que defender as normas não estatais próprias dessa comunidade.***

Por fim, traço um último paralelismo: para Bonhoeffer a Igreja era a única autorizada a falar de uma ética cristã para a sociedade acerca das formas fundamentais dessa sociedade: matrimônio, trabalho, autoridade e família. **Diferentemente de celebrados pastores e teólogos de hoje, Bonhoeffer não diz que a igreja precise fazer qualquer esforço ecumênico, nem tampouco descobrir coincidências entre os mandamentos bíblicos e a ordem natural das coisas. Sem a pusilanimidade de muitos pastores brasileiros, ele não fala de estratégias de contextualização e construção de relevância social ou econômica para que a Igreja ainda seja ouvida pelo mundo.** Bonhoeffer tinha uma visão clara e segura de que o adubo sobre o qual floresceu a democracia Ocidental tinha esterco da experiência cristã; que dessa lavoura brotaram espécies semeadas da mão dos crentes em Jesus; que nos alicerces da democracia Ocidental, havia ferro e cimento do Evangelho. Ele via o Nazismo como uma ofensiva de descristianização do Ocidente e sua democracia, de desequilíbrio desses fundamentos, e lutou pela manutenção desse dualismo às custas da própria vida. Ele era contra o Estado que a tudo regulava.

Uma visão clara pode muito bem nos preparar para o enfrentamento dessa ofensiva de descristianização do Brasil; de esvaziamento da normatividade não estatal da família, igreja e outros setores. **A experiência de Dietrich Bonhoeffer nos alerta: a normatividade estatal de amplos aspectos da vida social – inclusive igreja, família, trabalho (aqui inclui-se o empreendedorismo e a livre iniciativa) e matrimônio (na nossa experiência histórica entre homem e mulher) – é uma ferramenta de secularização e de destruição da Cristandade no Brasil.** Por isso, a ação política dos cristãos, nesse momento histórico, deve ser só uma: **apoiar toda iniciativa de diminuição do poder estatal sobre a vida em sociedade.**